

Convocação não está descartada

O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), admitiu ontem uma convocação extraordinária do Legislativo após o dia 16, última data de trabalho regular, somente no caso de os parlamentares não conseguirem votar até lá a Lei Orçamentária para 1992, que começa a ser examinada amanhã às 18h. "Outras matérias que eventualmente não forem apreciadas passarão para o ano seguinte", declarou, "a não ser que o próprio presidente Fernando Collor tome a iniciativa de convocar extraordinariamente o Legislativo durante o período do recesso parlamentar.

Benevides lembrou que a convocação, em caso de não apreciação do Orçamento, está prevista no Artigo 48 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A data definida para a apreciação do Orçamento em plenário está vinculada à votação da matéria na Co-

missão Mista, hoje. O relatório deverá estar impresso para todos os parlamentares amanhã.

Além das sessões da Câmara e do Senado previstas para hoje, o Congresso reúne-se às 15h30 para votar o mérito das medidas provisórias 300, que reajusta a alíquota do Imposto de Renda na Fonte, e 301, que transfere recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT) para o Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS). Na pauta de hoje, também está prevista a apreciação de mais 89 pedidos de crédito suplementar, além dos 21 já examinados entre quarta-feira e ontem pela manhã. Há também a previsão de que sejam votados os dois últimos vetos presidenciais à política salarial, que impedem o reajuste de 79 por cento nas aposentadorias, a partir de setembro, e o que garante a correção dos salários até sete mínimos.



Benevides: prorrogação